

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	29
NOTAS PRÉVIAS	31
PARTE 1 – INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS	35
As relações jurídicas familiares	35
CAPÍTULO II – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO DA FAMÍLIA	39
Divisão I – Generalidades	39
Divisão II – Direitos fundamentais e garantias institucionais	39
§ 1.º – Direito a celebrar casamento	40
§ 2.º – Direito de constituir família	41
§ 3.º – Competência da lei civil para regular os requisitos e os efeitos do casamento e da sua dissolução, independentemente da forma de celebração	42
§ 4.º – Direito à identidade pessoal	44
§ 5.º – Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	45
§ 6.º – Direito dos cônjuges a um regime igualitário	46
§ 7.º – Direito dos filhos a um regime igualitário	47
§ 8.º – Direito de pedir o divórcio, em qualquer casamento	49
§ 9.º – Direito-dever dos pais de dirigir a educação dos filhos	49

§ 10.º – Direito-dever dos pais de assegurarem a manutenção dos filhos	50
§ 11.º – Direito dos pais a terem os filhos consigo	50
§ 12.º – Proteção da adoção	51
§ 13.º – Proteção da família	52
§ 14.º – Proteção da paternidade e da maternidade	52
§ 15.º – Direito da infância à proteção da sociedade e do Estado	53
Divisão III – Consequências da inconstitucionalidade	53
Bibliografia específica	54
Bibliografia genérica	54
CAPÍTULO III – CARACTERES DO DIREITO DA FAMÍLIA	55
§ 1.º – Predomínio de normas imperativas	55
§ 2.º – Coexistência, na ordem jurídica portuguesa, do direito estadual e do direito canónico na disciplina da relação matrimonial	56
§ 3.º – Afetação de certas questões de direito da família a tribunais de competência especializada: os tribunais de família e menores	56
CAPÍTULO IV – CARACTERES DOS DIREITOS FAMILIARES PESSOAIS	59
§ 1.º – Fragilidade da garantia dos direitos familiares pessoais	59
Bibliografia específica	60
§ 2.º – Carácter relativo. Casos em que, excepcionalmente, os direitos familiares pessoais gozam de proteção absoluta	61
§ 3.º – Tipicidade dos direitos familiares pessoais	61
PARTE II – A RELAÇÃO MATRIMONIAL	63
CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	65
Divisão I – Conceito e caracteres gerais do casamento	65
Secção I – Conceito do casamento	65
Subsecção I – Conceito de casamento civil	66
Subsecção II – Conceito de casamento católico	66
Secção II – O sistema matrimonial português	67
Divisão II – Promessa de casamento	71
§ 1.º – O regime da promessa de casamento: descrição geral e justificação	71

§ 2.º – Efeitos	72
Divisão III – Casamento civil	73
Secção I – Generalidades. Casamentos civis celebrados por forma civil e casamentos civis celebrados por forma religiosa	73
Secção II – Requisitos de fundo	74
Subsecção I – Consentimento	74
§ 1.º – Generalidades. Necessidade do consentimento e modo como deve ser prestado	74
§ 2.º – Carácter pessoal do consentimento	75
a) Princípio geral	75
b) Casamento por procuração	75
§ 3.º – Carácter puro e simples do consentimento; o casamento como negócio incondicionável e inaprazável	77
§ 4.º – Perfeição do consentimento	78
a) A divergência entre a vontade e a declaração e suas formas: princípios gerais	78
b) Casamento simulado	79
c) Erro na declaração	81
§ 5.º – Liberdade do consentimento	82
a) Vícios do consentimento: princípios gerais	82
b) Erro	83
c) Coação	85
d) Anulabilidade por erro ou coação; seu regime	85
Subsecção II – Capacidade	86
§ 1.º – Generalidades. Conceito de impedimento matrimonial. Classificações dos impedimentos matrimoniais	86
§ 2.º – Impedimentos dirimentes	87
a) Falta de idade nupcial	87
b) Demência notória e decisão de acompanhamento	88
c) Vínculo matrimonial anterior não dissolvido	89
d) Parentesco e afinidade	90
e) A relação anterior de responsabilidades parentais	91
f) Condenação por homicídio	91
§ 3.º – Impedimentos impeditivos	93
a) Falta de autorização dos pais ou do tutor para o casamento de menores	93
b) Prazo internupcial	94

c) Parentesco no 3.º grau da linha colateral	95
d) Tutela, acompanhamento de maior ou administração legal de bens	96
e) Vínculo de adoção restrita	97
f) Vínculo de apadrinhamento civil	98
g) Pronúncia por homicídio	98
Secção III – Formalidades do casamento	99
§ 1.º – Processo preliminar de casamento	99
§ 2.º – Incidentes do processo	101
§ 3.º – Celebração do casamento	102
§ 4.º – Registo do casamento	103
§ 5.º – Casamentos urgentes	105
§ 6.º – Casamentos de portugueses no estrangeiro	107
§ 7.º – Casamentos de estrangeiros em Portugal	109
§ 8.º – Casamentos civis sob forma religiosa	109
Secção III – Invalidade do casamento. Casamento putativo.	
Generalidades	111
Subsecção I – Inexistência do casamento	111
§ 1.º – Como surgiu a doutrina da inexistência e razões que a justificaram	111
§ 2.º – Casos de inexistência	112
§ 3.º – Regime da inexistência	112
Subsecção II – Anulabilidade do casamento	113
§ 1.º – Casos de anulabilidade	113
§ 2.º – Regime da anulabilidade	115
Subsecção III – Casamento putativo	117
§ 1.º – Noção e razão de ser do instituto	117
§ 2.º – Pressupostos	117
§ 3.º – Efeitos	118
a) Princípio geral	118
b) Efeitos em relação aos cônjuges	119
c) Efeitos em relação aos filhos	119
d) Efeitos em relação a terceiros	120
Bibliografia específica	121
Bibliografia genérica	121
Divisão IV – Casamento católico	121
Secção I – Requisitos de fundo	121

§ 1.º – Consentimento	121
§ 2.º – Capacidade	123
Secção II – Formalidades	126
§ 1.º – Formalidades preliminares e celebração do casamento	126
§ 2.º – Registo do casamento: a transcrição	126
§ 3.º – Casamentos urgentes e “de consciência”	128
§ 4.º – Nulidade do casamento e nulidade da transcrição	130
Bibliografia específica	133
Bibliografia genérica	133
CAPÍTULO II – EFEITOS DO CASAMENTO: O CASAMENTO COMO ESTADO	135
Divisão I – Efeitos pessoais	135
Secção I – Princípios fundamentais: igualdade dos cônjuges e direção conjunta da família	135
Secção II – Deveres dos cônjuges	137
§ 1.º – Princípios gerais	137
§ 2.º – Dever de respeito	138
§ 3.º – Dever de fidelidade	139
§ 4.º – Dever de coabitação	140
§ 5.º – Dever de cooperação	141
§ 6.º – Dever de assistência	141
a) Obrigação de prestação de alimentos	142
b) Obrigação de contribuir para os encargos da vida familiar	143
Secção III – Nome e nacionalidade	145
§ 1.º – Nome	145
§ 2.º – Nacionalidade	149
Bibliografia específica	149
Bibliografia genérica	149
Divisão II – Efeitos patrimoniais	150
Secção I – Efeitos patrimoniais do casamento independentes do regime de bens	150
Subsecção I – Administração dos bens dos cônjuges	150
§ 1.º – Princípios gerais	150
§ 2.º – Especialidades da administração dos bens do casal: poderes do cônjuge administrador	153
§ 3.º – Responsabilidade pela administração	154

§ 4.º – Poderes do cônjuge não administrador	159
Bibliografia específica	159
Bibliografia genérica	159
Subsecção II – Ilegitimidades conjugais	159
§ 1.º – Generalidades	159
§ 2.º – Ilegitimidades conjugais nos regimes de comunhão	160
§ 3.º – Ilegitimidades conjugais no regime da separação de bens	166
§ 4.º – Consentimento conjugal: forma; possibilidade de suprimento judicial; invalidade, por falta de consentimento conjugal ou do respetivo suprimento, dos atos carecidos de consentimento	166
Subsecção III – Poderes dos cônjuges relativamente aos bens que integram as várias massas patrimoniais	170
A – Poderes de disposição inter vivos	170
§ 1.º – Quanto a bens imóveis	170
a) Sendo o regime de comunhão	170
b) No regime da separação	170
§ 2.º – Quanto a bens móveis	170
a) Sendo o regime de comunhão	170
b) No regime da separação	171
B – Poderes de disposição <i>mortis causa</i>	171
Bibliografia específica	173
Bibliografia genérica	173
Subsecção IV – Responsabilidade por dívidas dos cônjuges	173
§ 1.º – Generalidades	173
§ 2.º – Dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges	174
§ 3.º – Bens que respondem pelas dívidas de responsabilidade comum	181
§ 4.º – Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges	182
§ 5.º – Bens que respondem pelas dívidas de exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges	184
§ 6.º – Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal	187
Subsecção V – Termo das relações patrimoniais	188
A – Generalidades	188
B – Separação dos bens próprios	188

C – Liquidação do património comum	189
§ 1.º – Relacionamento dos bens comuns	189
§ 2.º – Compensações	189
§ 3.º – Pagamento de dívidas	192
Bibliografia específica	193
Bibliografia genérica	194
D – Partilha	194
§ 1.º – Comunhão pós-conjugal	194
§ 2.º – Especialidades da divisão dos bens	195
a) Forma	195
b) Contrato-promessa de partilha	196
c) Partilha sob condição suspensiva	197
d) Descendentes comuns e comunhão geral	198
e) Caso especial de divórcio	198
f) Casa tomada de arrendamento e casa própria	199
g) Atribuição preferenciais	200
Bibliografia específica	201
Bibliografia genérica	201
Subsecção VI – Contratos entre cônjuges	201
§ 1.º – Generalidades	201
§ 2.º – Contrato de sociedade	202
Bibliografia específica	204
Bibliografia genérica	204
§ 3.º – Contrato de doação	205
§ 4.º – Contrato de compra e venda	208
§ 5.º – Outros contratos	209
a) Generalidades	209
b) Contrato de trabalho	209
c) Contrato de mútuo e de comodato	210
d) Contrato de locação	210
Subsecção VII – Doações para casamento	211
§ 1.º – Generalidades	211
§ 2.º – Doações entre esposados	211
§ 3.º – Doações de terceiros aos esposados	213
Secção II – Regime de bens do casamento	214
Subsecção I – Princípios gerais	214
§ 1.º – Noção de regime de bens do casamento	214

§ 2.º – Casos de regime imperativo	214
§ 3.º – Princípio da liberdade de regime de bens. Os regimes-tipo	215
§ 4.º – Regime supletivo	216
Subsecção II – Convenções antenupciais	216
A – Noção de convenção antenupcial	216
B – Princípios dominantes: liberdade e imutabilidade	216
§ 1.º – Princípio da liberdade. Exceções	216
§ 2.º – Princípio da imutabilidade. Exceções	219
C – Requisitos de fundo	221
D – Formalidades. Registo	221
E – Nulidade e anulabilidade	223
F – Caducidade	223
Subsecção III – Regime da comunhão de adquiridos	223
A – Características gerais do regime	223
B – Quando vigora o regime da comunhão de adquiridos	224
C – Natureza jurídica da comunhão	224
D – Participação dos cônjuges no património comum.	
A regra da metade	227
E – Composição das massas patrimoniais: bens próprios e bens comuns	227
§ 1.º – Bens próprios	227
§ 2.º – Bens comuns	240
Subsecção IV – Regime da comunhão geral de bens	244
§ 1.º – Características gerais do regime	244
§ 2.º – Quando vigora o regime da comunhão geral	245
§ 3.º – Aplicação das disposições relativas à comunhão de adquiridos	245
§ 4.º – Composição das massas patrimoniais: bens próprios e bens comuns	245
Subsecção V – Regime da separação de bens	246
§ 1.º – Características gerais do regime	246
§ 2.º – Quando vigora o regime da separação	247
§ 3.º – Composição das massas patrimoniais: bens de um cônjuge e bens do outro	247
Bibliografia específica	249
Bibliografia genérica	250

CAPÍTULO III – MODIFICAÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	251
Secção I – Generalidades. Simples separação judicial de bens e separação de pessoas e bens	251
Secção II – Simples separação judicial de bens	252
§ 1.º – Noção e natureza	252
§ 2.º – Pressupostos	253
§ 3.º – Processo	254
§ 4.º – Efeitos	255
Secção II – Separação de pessoas e bens	255
§ 1.º – Noção e natureza da separação de pessoas e bens. Suas modalidades	255
§ 2.º – Separação por mútuo consentimento: remissão	257
§ 3.º – Separação litigiosa: remissão	257
§ 4.º – Efeitos da separação	258
§ 5.º – Reconciliação dos cônjuges separados de pessoas e bens	260
§ 6.º – Conversão da separação em divórcio	261
CAPÍTULO IV – EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	265
Divisão I – Generalidades	265
§ 1.º – Extinção por dissolução e extinção por invalidação	265
§ 2.º – Causas de dissolução: enunciado geral	265
§ 3.º – A morte como causa de dissolução da relação matrimonial. Morte presumida. Direitos do cônjuge sobrevivente	266
Divisão II – Divórcio	267
Secção I – Generalidades	267
§ 1.º – Noção de divórcio	267
§ 2.º – Modalidades de divórcio	267
§ 3.º – Traços gerais da evolução legislativa	268
Secção II – Divórcio por mútuo consentimento	268
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	268
§ 2.º – Pressuposto	269
§ 3.º – Processo	270
a) Divórcio administrativo	270
b) Divórcio judicial	273
Secção III – Divórcio sem consentimento de um dos cônjuges	276
Subsecção I – Generalidades	276
§ 1.º – Noção de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (divórcio litigioso)	276

§ 2.º – Causa do divórcio e causa de pedir na ação de divórcio	277
Subsecção II – Causas do divórcio sem consentimento	
de um dos cônjuges	277
§ 1.º – Separação de facto	277
§ 2.º – Alteração das faculdades mentais	278
§ 3.º – Ausência sem notícias	279
§ 4.º – Qualquer outro facto que mostre a ruptura do casamento	279
Subsecção III – Processo	281
§ 1.º – Desenho geral do processo	281
§ 2.º – Conteúdo da sentença	283
Secção IV – Efeitos do divórcio	284
§ 1.º – Generalidades	284
§ 2.º – Data em que se produzem os efeitos do divórcio	285
§ 3.º – Termo da comunhão conjugal. Partilha	286
§ 4.º – Destino da casa de morada da família	287
§ 5.º – Perda de direitos sucessórios	293
§ 6.º – Perda de benefícios	293
§ 7.º – Obrigação de alimentos entre ex-cônjuges	295
a) Generalidades	295
b) Quem tem direito a alimentos	295
c) Modo de estabelecer a obrigação de alimentos	295
d) Medida da obrigação	296
e) Critérios para a fixação do montante	297
f) Modo de prestar os alimentos	298
g) Alteração dos alimentos fixados	299
h) Indisponibilidade e impenhorabilidade do direito	299
i) Garantia do cumprimento da obrigação	301
j) Cessação da obrigação alimentar	302
l) Preferências entre credores	303
§ 8.º – Obrigação de indemnizar	303
§ 9.º – Exercício das responsabilidades parentais	304
a) Generalidades	304
b) Residência dos filhos	310
§ 10.º – Alimentos para os filhos	314
a) Generalidades	314
b) Quem tem direito a alimentos	314
c) Modo de estabelecer a prestação	314

d) Desde quando são devidos	317
e) Medida da obrigação	317
f) Critérios para a fixação do montante	318
g) Modo de prestar os alimentos	323
h) Alteração do valor fixado	323
i) Indisponibilidade e impenhorabilidade do direito e dos valores prestados	324
j) Garantia do pagamento	326
l) Pagamento forçado da prestação	328
m) Cessação da obrigação de prestar alimentos	328
§ 11.º – Confiança dos animais de companhia	331
§ 12.º – Efeitos em relação a terceiros	331
Bibliografia específica	331
Bibliografia genérica	332
Divisão III – Dissolução por dispensa	332
§ 1.º – A dispensa do casamento rato e não consumado no direito canónico	332
§ 2.º – A dispensa no direito português	333
PARTE III – A RELAÇÃO DE UNIÃO DE FACTO	335
CAPÍTULO I – GENERALIDADES	337
§ 1.º – Noção	337
CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO	339
§ 1.º – Data da constituição	339
§ 2.º – Requisitos	339
a) Heterossexualidade	339
b) Duração	340
c) Impedimentos	340
§ 3.º – Prova da união de facto	342
CAPÍTULO III – EFEITOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS	345
Secção I – Efeitos pessoais	345
Secção II – Efeitos patrimoniais	347
CAPÍTULO IV – EXTINÇÃO DA RELAÇÃO	353
Secção I – Generalidades	353

Secção II – Rutura	354
§ 1.º – Regulação do exercício das responsabilidades parentais	354
§ 2.º – Proteção da casa de morada da família	354
Secção III – Morte	356
§ 1.º – Alimentos	356
§ 2.º – Proteção da casa de morada da família	357
a) “Casa própria”	357
b) Casa tomada de arrendamento	360
§ 3.º – Lesão de que proveio a morte	361
§ 4.º – Prestações do Estado	361
§ 5.º – Faltas ao trabalho	363
Bibliografia específica	363
Bibliografia genérica	363
PARTE IV – A RELAÇÃO DE FILIAÇÃO	365
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	367
Divisão I – Nascimento, maternidade e paternidade	367
Secção I – O nascimento como facto jurídico autónomo	367
§ 1.º – Interesse prático-jurídico do registo de nascimento	367
§ 2.º – Declaração de nascimento	367
§ 3.º – Registo de abandonados	369
Secção II – Maternidade e Paternidade	370
§ 1.º – Filiação biológica e filiação jurídica	370
§ 2.º – Estabelecimento jurídico e retroatividade	370
§ 3.º – Atendibilidade	372
Divisão II – Critérios jurídicos da parentalidade	372
§ 1.º – Critérios jurídicos da parentalidade	372
§ 2.º – Evolução do direito português	373
Divisão III – Princípios de ordem pública do Direito da Filiação	375
§ 1.º – Princípio da verdade biológica	375
§ 2.º – Princípio da taxatividade dos meios para o	
Estabelecimento da Filiação	376
Divisão IV – Provas científicas da filiação	376
§ 1.º – O art. 1801.º como proclamação de abertura às	
possibilidades científicas	376
§ 2.º – Tipos de provas científicas	377

§ 3.º – Provas judiciais e extrajudiciais	378
§ 4.º – Recusa de cooperação	379
§ 5.º – Valor das provas periciais	382
§ 6.º – Novos meios de prova e recurso de revisão	383
Bibliografia específica	387
Bibliografia genérica	387
Divisão V – A concepção	387
§ 1.º – Relevância jurídica do momento da concepção	387
§ 2.º – O recurso ao conceito de “período legal da concepção” e a regra da “indivisibilidade”	388
§ 3.º – Exceções	389
a) Prova de uma gestação anormalmente longa	389
b) Prova de uma gestação anormalmente curta	390
c) Determinação da “data provável” da concepção dentro do período legal	390
§ 4.º – Meio processual idóneo	391
Bibliografia genérica	391
 CAPÍTULO II – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO	 393
Divisão I – Maternidade	393
Secção I – Generalidades	393
Secção II – Estabelecimento por indicação ou por declaração no registo civil	394
Subsecção I – Por indicação	394
Subsecção II – Por declaração	395
Subsecção III – Impugnação da maternidade registada	396
§ 1.º – Generalidades	396
§ 2.º – Imprescritibilidade	396
§ 3.º – Legitimidade ativa	396
§ 4.º – Legitimidade passiva	397
Secção III – Averiguação oficiosa. Remissão	397
Secção IV – Reconhecimento judicial	397
Subsecção I – A ação comum de investigação da maternidade	397
§ 1.º – Generalidades	397
§ 2.º – Legitimidade ativa	398
§ 3.º – Prossecução e transmissão da ação (Remissão)	398
§ 4.º – Legitimidade passiva (Remissão)	398

§ 5.º – Prova da maternidade	398
§ 6.º – Prazo para a propositura da ação (Remissão)	400
Subsecção II – A ação especial, quando a mãe é casada	400
§ 1.º – Legitimidade ativa	400
§ 2.º – Legitimidade passiva	401
§ 3.º – Impugnação da paternidade do marido	401
Divisão II – Paternidade	402
Secção I – Generalidades	402
Secção II – Presunção da paternidade do marido da mãe	402
Subsecção I – O pai é o marido da mãe	402
§ 1.º – Generalidades	402
§ 2.º – Âmbito de aplicação da presunção	403
§ 3.º – Menção obrigatória da paternidade	403
§ 4.º – Casos de cessação da presunção	404
§ 5.º – Renascimento da presunção de paternidade	405
Subsecção II – A ação de impugnação da paternidade. Generalidades	408
A – Filhos concebidos durante o casamento	408
§ 1.º – Legitimidade ativa	408
§ 2.º – Prossecução e transmissão da ação	409
§ 3.º – Legitimidade passiva	410
§ 4.º – Objeto do processo	410
§ 5.º – Os prazos para agir	411
a) O regime	411
b) O problema da constitucionalidade do regime	411
aa) Na doutrina	411
bb) Na jurisprudência	413
§ 6.º – Efeitos da impugnação	413
§ 7.º – O caso especial da impugnação antecipada	416
B – Filhos concebidos antes do casamento	416
Bibliografia genérica	417
Secção III – Reconhecimento voluntário por perfilhação	417
Subsecção I – O ato de perfilhação	417
§ 1.º – Conceito e caracteres da perfilhação	417
§ 2.º – Capacidade para perfilhar	419
§ 3.º – Forma da perfilhação	419
§ 4.º – Tempo da perfilhação	420
§ 5.º – Perfilhação de nascituro	420

§ 6.º – Perfilhação de filho maior	421
§ 7.º – Perfilhação de filho pré-morto	421
Subsecção II – Anulação da perfilhação	421
§ 1.º – Por incapacidade	421
§ 2.º – Por erro ou coação moral	422
§ 3.º – Questões comuns aos casos de anulabilidade	423
Subsecção III – Impugnação da perfilhação	423
§ 1.º – Generalidades	423
§ 2.º – Legitimidade ativa	424
§ 3.º – Prossecução e transmissão da ação	426
§ 4.º – Legitimidade passiva	427
§ 5.º – Objeto do processo	427
§ 6.º – Imprescritibilidade	428
§ 7.º – Efeitos da impugnação	429
Bibliografia genérica	430
Secção IV – Averiguação oficiosa	430
§ 1.º – Noção e procedimento	430
§ 2.º – Características especiais da intervenção oficiosa	432
§ 3.º – Casos em que a averiguação oficiosa não é admitida	433
§ 4.º – Averiguação oficiosa com base em processo crime	434
Bibliografia genérica	435
Secção V – Reconhecimento judicial. A ação de investigação da paternidade	435
Subsecção I – Generalidades	435
Subsecção II – Legitimidade ativa e passiva. Prossecução e transmissão da ação	436
§ 1.º – Legitimidade ativa	436
§ 2.º – Prossecução e transmissão da ação	436
§ 3.º – Legitimidade passiva	437
Subsecção III – Prazo para agir	437
§ 1.º – O regime vigente	437
§ 2.º – O problema da constitucionalidade do regime	439
a) Na doutrina	439
b) Na jurisprudência	443
Subsecção IV – Objeto do processo	445
A – Prova do vínculo biológico	445
B – Presunção de paternidade	446

§ 1.º – Generalidades	446
§ 2.º – Factos constitutivos da presunção	447
a) Posse de estado	447
b) Escrito do pai	447
c) Convivência	448
d) Sedução da mãe	448
e) Relações sexuais	449
§ 3.º – A defesa do réu	450
Subsecção V – Efeitos da sentença	450
Bibliografia específica	451
Bibliografia genérica	451
CAPÍTULO III – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO	
COM PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA (PMA)	453
Divisão I – Generalidades	453
Divisão II – Princípios fundamentais do Estabelecimento da Filiação	454
Secção I – Princípios constitucionais	454
Secção II – Princípios de ordem pública do direito da filiação	454
§ 1.º – Princípio da verdade biológica	454
§ 2.º – Princípio da taxatividade dos meios para o Estabelecimento da Filiação	455
Divisão III – Estabelecimento da maternidade	456
Secção I – Generalidades	456
Secção II – Regra geral	456
Secção III – Maternidade baseada na vontade (art. 20.º, n.º 1)	456
§ 1.º – Generalidades	456
§ 2.º – A expressão da vontade	457
§ 3.º – O registo da vontade de assumir a parentalidade resultante de PMA	458
Secção IV – Gestação de substituição (art. 8.º, LPMA)	458
Divisão IV – Estabelecimento da paternidade	461
Secção I – Mãe casada ou em união de facto	461
§ 1.º – Determinação da paternidade	461
§ 2.º – A expressão da vontade (remissão)	462
§ 3.º – O registo da vontade de assumir a parentalidade resultante de PMA (remissão)	462
§ 4.º – Impugnação da paternidade	462

§ 5.º – Uso de PMA <i>post mortem</i>	464
Secção II – Mãe só	465
Bibliografia genérica	465
CAPÍTULO IV – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO	467
Secção I – Generalidades	467
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	467
§ 2.º – A intervenção do Estado (regulação <i>ex-ante</i>)	468
§ 3.º – Modalidades: adoção conjunta e adoção singular	470
Secção II – Requisitos substanciais	470
§ 1.º – “Reais vantagens”	471
§ 2.º – “Motivos legítimos”	471
§ 3.º – “Sacrifício injusto”	471
§ 4.º – “Vínculo semelhante ao da filiação”	471
§ 5.º – “Ter estado ao cuidado do adotante”	472
§ 6.º – “Exclusividade”	472
§ 7.º – Consentimento	473
a) Generalidades	473
b) Consentimento prévio	475
c) Dispensa do consentimento	475
§ 8.º – Capacidade	476
Secção III – Requisitos formais	480
Subsecção I – Processo	480
§ 1.º – Preliminares	480
a) Organismos competentes	480
b) “Prejudicialidade” dos procedimentos de averiguação oficiosa ou de adoção?	481
§ 2.º – Fase preparatória	482
a) Estudo de caracterização e preparação da criança	482
b) Apresentação de candidatura ao organismo de segurança social. Preparação, avaliação e seleção de candidatos	482
c) Decisão de confiança em vista da adoção (ou de adotabilidade)	484
§ 3.º – Fase de ajustamento	486
a) Período de transição	486
b) Período de pré-adoção	486
§ 4.º – Fase final: processo judicial	487

§ 5.º – Acompanhamento pós-adoção	490
Subsecção II – A adoção e o registo civil	490
Secção V – Adoção Internacional	492
§ 1.º – Generalidades	492
§ 2.º – Processo de colocação no estrangeiro de crianças residentes em Portugal com vista à sua adoção	494
a) Garantias prévias	494
b) Processo	494
§ 3.º – Adoção por residentes em Portugal de crianças residentes no estrangeiro	495
Bibliografia específica	496
Bibliografia genérica	496
CAPÍTULO V – EFEITOS DA FILIAÇÃO	497
Divisão I – Efeitos gerais	497
Secção I – Generalidades	497
Secção II – Nome	498
Secção III – Nacionalidade	499
Secção IV – Residência	499
Secção V – Responsabilidades parentais	500
Subsecção I – Generalidades	500
Subsecção II – Titularidade e exercício	503
Subsecção III – Duração	505
Subsecção IV – Relevância dos atos praticados	507
Subsecção V – Exercício conjunto ou exercício singular	508
Subsecção VI – Tipos de intervenção	509
§ 1.º – As vinculações jurídicas	509
§ 2.º – Decisões parentais	510
§ 3.º – Vigilância e contenção	511
Subsecção VII – Conteúdo	511
A – Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	512
§ 1.º – Guarda e vigilância	512
§ 2.º – Sustento	513
§ 3.º – Educação	514
a) Regra geral	514
b) Educação sexual	516
c) Castigos corporais	516

§ 4.º – Religião	518
§ 5.º – Saúde	519
B – Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	520
§ 1.º – Casos de exclusão da administração	520
§ 2.º – Atos cuja validade depende de autorização	520
§ 3.º – Aquisição de bens do filho	521
§ 4.º – Bens cuja propriedade pertence aos pais	521
§ 5.º – Rendimentos dos bens dos filhos	521
§ 6.º – Proteção dos bens do filho	522
§ 7.º – Fim da administração	522
Subsecção VIII – Inibição e limitação do exercício das responsabilidades parentais	523
§ 1.º – Inibição	523
§ 2.º – Limitação	525
a) Proteção da pessoa	525
b) Proteção dos bens	526
Subsecção IX – Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais 1920-B e C	527
Subsecção X – Meios de suprir as responsabilidades parentais	527
Subsecção XI – Responsabilidade civil e culpa dos pais	528
Bibliografia específica	529
Divisão II – Efeitos especiais da filiação com PMA	529
§ 1.º – O dador e o estatuto jurídico de pai ou de mãe	529
§ 2.º – Anonimato ou direito de conhecer as origens genéticas	530
Bibliografia específica	531
CAPÍTULO IV – EFEITOS ESPECIAIS DA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO	533
§ 1.º – Princípio geral e exceções	533
§ 2.º – Manutenção de contactos com a família biológica	534
§ 3.º – Nome	535
§ 4.º – Nacionalidade	535
§ 5.º – Proibição de estabelecer a filiação natural	536
§ 6.º – Direito ao conhecimento das origens	536
§ 7.º – Irrevogabilidade	538
§ 8.º – Revisão da sentença	538
Bibliografia específica	541

PARTE V – ADOÇÃO RESTRITA E APADRINHAMENTO CIVIL	543
CAPÍTULO I – ADOÇÃO RESTRITA	545
§ 1.º – Eliminação pela lei n.º 143/2015 e direito transitório	545
§ 2.º – Efeitos	547
§ 3.º – Revogação	549
§ 4.º – Revisão da sentença	550
§ 5.º – Conversão em adoção	550
CAPÍTULO II – APADRINHAMENTO CIVIL	551
Secção I – Generalidades	551
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	551
§ 2.º – A intervenção do Estado (regulação <i>ex-ante</i>)	552
§ 3.º – Modalidades: apadrinhamento civil singular e apadrinhamento civil por família; alargamento do apadrinhamento civil	552
Secção II – Requisitos substanciais	553
§ 1.º – “Reais vantagens”	553
§ 2.º – “Motivos legítimos”	553
§ 3.º – “Vínculos afetivos”	553
§ 4.º – “Exclusividade”	554
§ 5.º – Consentimento	554
a) Quem deve consentir	554
b) Consentimento personalizado	556
c) Dispensa do consentimento	556
§ 6.º – Capacidade	557
a) Capacidade para apadrinhar civilmente	557
b) Capacidade para ser apadrinhado civilmente	558
Secção III – Requisitos formais. Processo	559
§ 1.º – Fase preparatória	559
a) Candidaturas	559
b) Habilitação dos candidatos	560
c) Iniciativa do apadrinhamento civil	562
d) Designação dos padrinhos/madrinhas	563
§ 2.º – Fase de constituição	564
a) Compromisso de apadrinhamento civil e homologação	564
b) Sentença de apadrinhamento civil	566
§ 3.º – Apoio ao apadrinhamento civil	566

Secção IV – Efeitos	567
§ 1.º – Efeitos principais	567
a) Exercício das responsabilidades parentais pelos padrinhos/madrinhas	567
b) Direitos dos pais	569
§ 2.º – Alimentos	570
§ 3.º – Benefícios	570
§ 4.º – Impedimento matrimonial	571
Secção V – Extinção do vínculo	571
§ 1.º – Revisão	572
§ 2.º – Revogação	572
Bibliografia específica	573
PARTE VI – LIMITES À APLICAÇÃO DAS REGRAS DE DIREITO PORTUGUÊS: A RECEPÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONVENCIONAL E A APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	575
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	577
CAPÍTULO II – O DIREITO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES FAMILIARES	579
Divisão I – Recepção do direito internacional convencional pelo sistema jurídico português	579
Bibliografia	582
Divisão II – O direito internacional privado da família	583
Secção I – O casamento	586
Subsecção I – Constituição da relação matrimonial: o casamento como acto	587
§ 1.º – Requisitos de fundo	587
§ 2.º – Requisitos de forma	588
§ 3.º – Consequências da violação das regras aplicáveis à constituição da relação matrimonial	590
§ 4.º – Outras relações disciplinadas pela lei pessoal	590
Bibliografia	590
§ 5.º – Direito Concordatário	591
Bibliografia	592

§ 6.º – Direito Convencional	593
§ 7.º – Direito da União Europeia	593
Bibliografia	594
Subsecção II – Efeitos do casamento: o casamento como estado	594
§ 1.º – Aspectos gerais	594
§ 2.º – Autonomização da disciplina conflitual dos efeitos do casamento dependentes de um determinado regime de bens	595
§ 3.º – Relações pessoais do casamento e estatuto matrimonial primário	598
Bibliografia	598
§ 4.º – Direito Convencional	599
Bibliografia	601
§ 5.º – Direito da União Europeia	601
Bibliografia	602
Subsecção III – Modificação e extinção do casamento	603
§ 1.º – Direito comum	603
§ 2.º – Direito Convencional	604
§ 3.º – Direito da União Europeia	605
Bibliografia	606
Secção II – A Filiação	607
Subsecção I – Estabelecimento da filiação	607
§ 1.º – Disciplina geral	607
§ 2.º – Regras especiais em matéria de perfilhação	612
Subsecção II – Efeitos da Filiação. A Responsabilidade Parental	613
§ 1.º – Direito Comum	613
§ 2.º – Direito Convencional	613
§ 3.º – Direito da União Europeia	615
Bibliografia	615
Secção III – A Adopção	616
Subsecção I – Constituição da relação adoptiva	616
Subsecção II – Efeitos da adopção	617
Subsecção III – Regime Jurídico do Processo de Adopção	618
§ 1.º – Direito Comum	618
§ 2.º – Direito Convencional	622
Bibliografia	623
ÍNDICE ALFABÉTICO	625